



VIOLÊNCIA

Mais uma chacina no Rio: 18 mortos

É a 3ª grande matança no governo de Cláudio Castro, depois das ações no Jacarezinho (28 óbitos) e na Vila Cruzeiro (25). Um cabo da PM e uma mulher que passava num carro estão entre as vítimas

Uma operação conjunta que reuniu cerca de 400 agentes das polícias Civil e Militar, ontem, provocou intenso tiroteio no Complexo do Alemão, na zona norte do Rio, e em bairros próximos. O saldo foi de 18 mortos, sendo um deles o cabo da PM Bruno de Paula Costa, de 38 anos, e Letícia Marinho de Sales, 50, atingida quando passava de carro com o namorado.

A nova chacina no Rio de Janeiro é a quarta operação policial mais letal da história da cidade, sendo que três ocorreram durante o governo de Cláudio Castro (PL): as ações no Jacarezinho (28 mortos), na Vila Cruzeiro (25 óbitos) e a de ontem. A terceira mais letal foi em 2007, quando morreram 19 pessoas em uma ação na Baixada Fluminense.

De acordo com a PM, a incursão foi desfechada contra um grupo criminoso que comanda o tráfico de drogas e pratica roubos de veículos e cargas nos bairros do Méier, Irajá e Pavuna — todos próximos ao Alemão. Ainda conforme a corporação, na favela da Fazendinha a base da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi atacada por criminosos — quando foi assassinado o cabo Bruno Costa —, que também colocaram barricadas e óleo na pista para dificultar o acesso das equipes. Os policiais afirmam que, dos 18 mortos, 16 eram ligados aos criminosos.

A troca de tiros começou antes do amanhecer. Imagens divulgadas nas redes sociais mostraram tiros de balas traçantes, tendo os helicópteros como alvo. Os criminosos também ergueram barricadas, inclusive com fogo, para tentar impedir ou dificultar o acesso dos policiais.

Na ação — que contou com equipes do Batalhão de Operações Especiais (Bope), da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e teve reforço de 10 veículos blindados e quatro aeronaves — foram apreendidos dois fuzis e uma metralhadora. No meio da

Mauro Pimentel/AFP



Enquanto uma viatura do Bope passa, moradores carregam, embrulhado em um lençol, um dos mortos da ação no Complexo do Alemão



Nessa ação não pode haver comemoração. Tivemos a morte de dois inocentes, da senhora Letícia e de um policial militar"

Uirá Nascimento,
*comandante do Bope.
Parentes da mulher acusam a polícia de ter feito os disparos que a mataram*

manhã, houve um protesto de moradores que, segundo a polícia, tratou-se de uma manobra para impedir o avanço das forças do estado e permitir que os últimos bandidos que opunham resistência fugissem.

Em coletiva, os subsecretários das polícias Civil e Militar, delegado Ronaldo Oliveira e Fabrício Oliveira, afirmaram que os policiais agiram para evitar que mais de 100 criminosos com réplicas de fardas deixassem o complexo do Alemão, invadissem outras comunidades e cometessem crimes em outras áreas da cidade. Mas não deram detalhes sobre o uso dessas fardas falsas nem sobre os crimes que o grupo pretendia praticar.

“Nessa ação não pode haver

comemoração. Tivemos a morte de dois inocentes, da senhora Letícia e de um policial militar”, afirmou Uirá Nascimento, comandante do Batalhão de Operações Policiais (Bope). Parentes da mulher acusam a polícia de disparar o tiro que a matou. “O fato está sendo apurado pela Delegacia de Homicídios. A dinâmica será esclarecida com a investigação. Lamentamos profundamente a morte dela. O fato está em apuração”, completou.

Violações

A Defensoria Pública afirma ter recebido de moradores denúncias de invasão de casas e agressões supostamente cometidas por policiais. Imagens

de televisão mostraram policiais entrando em residências de moradores.

Em áudio gravado na entrada da favela da Grota, uma das comunidades do Alemão, o ouvidor-geral do órgão, Guilherme Pimentel, afirmou ter recebido várias denúncias contra a polícia.

“A gente recebeu a demanda de entrar nos locais onde há denúncias de graves violações de direitos humanos, como pessoas mortas, cenas (de crime) sendo desfeitas, feridos sem prestação de socorro, pessoas ameaçadas de execução sumária, encurraladas dentro de casa, pessoas sendo agredidas, muitas invasões de domicílio, depredação. Enfim, todo tipo de violação de direitos humanos”, afirmou.

SAÚDE

Hospitais particulares sofrem sem remédios

» RAFAELA GONÇALVES
» MARIANA ALBUQUERQUE*
» JOÃO GABRIEL FREITAS*

A falta de medicamentos essenciais tem preocupado pacientes, funcionários e redes de hospitais particulares. Na pesquisa da Confederação Nacional de Saúde (CNS), que abrangeu 112 hospitais particulares e foi divulgada ontem, 87,6% das instituições denunciaram falta de soro e 40% disseram enfrentar preços 100% acima do cobrado pelo mercado.

Maely Retto, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde (SBRAFH), disse que, desde o início da pandemia, a organização tem acompanhado as dificuldades de acesso a remédios. Ela adverte que o desabastecimento é um grave problema de saúde pública.

“Estamos enfrentando sérias dificuldades de acesso, especialmente de medicamentos imprescindíveis. São diversas as causas, inclusive já trazidas a público pelo próprio Ministério da Saúde. As principais são escassez de matéria-prima, a guerra na Ucrânia, lockdown na China e regulação de preços pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)”, afirmou.

Riscos

O presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter da Silva, explicou que a ausência dos fármacos compromete o tratamento dos pacientes, pois aumenta a possibilidade de ocorrência de complicações e de mortes. “A falta de dipirona injetável, por exemplo, implica o uso de opióides, mais potentes, mais caros e com maior risco de efeitos adversos e complicações para o paciente, como a dependência”, disse Walter.

O CEF destacou a necessidade de o Brasil passar a produzir medicamentos básicos, já que quase 95% dos insumos comercializados atualmente dependem de matéria-prima importada da China.

*Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi

» Procurador será investigado

Duas representações remetidas à Corregedoria do Ministério Público Federal (MPF) questionam mensagens enviadas pelo procurador da República de São Paulo Anderson Santos, que, em uma rede interna da instituição, teria afirmado que a mulher teria uma “obrigação sexual” a cumprir em relação ao parceiro — o que classificou como “débito conjugal”. Além disso, ele teria dito que o feminismo seria uma espécie de transtorno mental. A Corregedoria avaliará se há elementos para investigar a conduta de Anderson, que ficaria sujeito a advertência, censura, suspensão ou mesmo demissão. O procurador nega ter feito defesa de estupro e que fez o comentário para incentivar um debate, entre os colegas, sobre a monogamia e a criminalização do adultério. Porém, para as procuradoras — que defendem a investigação —, a tese defendida por Anderson incentivaria o “estupro matrimonial”.

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Presidente do Cremerj acusado de assediar auxiliar

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio, o cirurgião ortopédico Clóvis Bersot Munhoz, foi indiciado por assédio sexual contra uma técnica de enfermagem. O episódio teria acontecido no hospital privado Glória D’Or, na Glória, zona sul do Rio, em agosto do ano passado. O Cremerj disse estar ciente das acusações contra Munhoz, que se afastou do cargo.

De acordo com o jornal *O Globo*, que teve acesso ao inquérito, a técnica afirmou que, durante uma cirurgia, o ortopedista disse que ela era “muito quente”, “que deveria ficar perto dele”, “que deveria trair o marido, pois casara muito cedo”, “que se quisesse trair o marido, ele estaria disponível”. Além disso, ele teria comentado com a auxiliar que “se eu beijar o seu pescoço, você vai gozar rápido”.

A mulher também contou à polícia que chegou a ser escalada para uma nova cirurgia com Munhoz, mas acabou pedindo demissão do hospital. “Além do

depoimento da técnica, temos o testemunho de uma enfermeira do hospital que estava no centro cirúrgico, ouviu os comentários do médico e, posteriormente, o desabafo da colega. Essa testemunha confirmou a conduta do médico”, salientou o delegado Rafael Barcia, da 9ª Delegacia de Polícia, no Catete, zona sul, responsável pela investigação.

O inquérito já havia sido enviado ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), mas retornou à delegacia com requisições. Segundo o delegado, Munhoz foi intimado por carta e não compareceu. A pena para o crime de assédio sexual é de um a dois anos de prisão.

Apuração

Em nota, o Cremerj informou que “tomou ciência pelo estabelecimento de saúde Hospitais Integrados da Gávea (Glória D’Or) de que havia um procedimento na 9ª Delegacia de Polícia, no Catete”, em desfavor de Munhoz,

Ascom/Cremerj



Por causa do inquérito, Munhoz se afastou do comando do conselho

“assim como de informações do processo trabalhista em que ele era mencionado”. A entidade afirma que depois da decisão colegiada do afastamento, informou que “o procedimento

de apuração será encaminhado ao Conselho Federal de Medicina (CFM), que designará o caso para outra Regional, para garantir total isenção e imparcialidade”. “O Conselho reafirma seu

repúdio por qualquer tipo de assédio e trabalha junto das autoridades para coibir essa prática antiética e criminosa.”

Munhoz foi durante muitos anos responsável pelo Departamento Médico do Clube de Regatas Vasco da Gama. Além disso, seria o mesmo Cremerj que investigará a conduta do anestesista Giovanni Quintella Bezerra, preso em flagrante, há poucos dias, por estupro de vulnerável — ele abusou de uma parturiente em plena mesa de cirurgia, no Hospital da Mulher Heloneida Stuard, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

O diretor de Comunicação do Cremerj, Sílvia Provenzano, porém saiu em defesa de Munhoz. “Comecei a dar plantão com o Clóvis em 1978, no Hospital Miguel Couto. São 44 anos de convívio. Estou achando isso muito absurdo. É um sujeito absolutamente sério. Conheço o ambiente familiar dele”, afirmou. Munhoz foi procurado, mas não se pronunciou.